

## **Recepção do Telejornalismo Público: uma análise do Repórter Brasil<sup>1</sup>**

Juliana ZOET<sup>2</sup>

Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG

### **Resumo**

Neste artigo buscamos entender se um grupo de moradores de Juiz de Fora produz novas narrativas, e quais são elas, após entrar em contato com matérias jornalísticas sobre a redução da maioridade penal. Além do uso do grupo focal, como técnica para o estudo da recepção, também foi realizada uma análise da narrativa das matérias exibidas, buscando reconhecer as marcas da emissora em sua produção simbólica sobre o tema. As matérias analisadas neste estudo foram exibidas entre os dias 01 de junho e 07 de julho de 2015 no telejornal Repórter Brasil Noite, exibido pela TV Brasil. O trabalho tem o suporte teórico de autores como Jesús Martín-Barbero, Luiz Gonzaga Motta e Iluska Coutinho, a partir dos conceitos de negociações de sentidos, análise narrativa e dramaturgia do telejornalismo.

**Palavras-chave:** Telejornalismo público; Repórter Brasil; Narrativas; Recepção; Conhecimento.

### **Introdução**

Os estudos da recepção desenvolvidos na América Latina têm se tornado representativos no campo dos estudos sociais. Jesús Martín-Barbero insere o estudo da recepção como forma de se entender a comunicação, e não como um estudo isolado. O autor destaca o conceito do leitor participativo que efetua ‘negociações de sentidos’ e trabalha com a hegemonia não mais imposta, mas negociada.

Esse estudo, assim, incorpora como pressuposto que o telespectador é parte integrante deste processo comunicacional, para analisar em que medida, e de que forma, matérias jornalísticas sobre a redução da maioridade penal, exibidas em uma emissora de televisão pública, podem contribuir para a formação de novas narrativas do cidadão/telespectador sobre o tema. A percepção da televisão, em sua atuação democrática, e não como instrumental da cultura culta, é defendida por Martín-Barbero e reafirmada por Dominique Wolton. Para Wolton, “a televisão torna-se indissociável da democracia de

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Telejornalismo do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGCom-UFJF), email: ju\_zoet@yahoo.com.br.

massa e repousa sobre a mesma aposta: respeitar o indivíduo e prover ao cidadão, isto é, ao espectador os meios de compreender o mundo em que ele vive” (1996, p. 15).

Também na defesa de uma TV comprometida com a democracia, propõe-se nesse artigo pensar na produção de uma emissora de televisão pública no Brasil, o que inclui a análise de matérias produzidas e exibidas pelo telejornal Repórter Brasil Noite, transmitido pela TV Brasil<sup>3</sup>. Busca-se, assim compreender o telejornalismo público no país, ainda em fase de consolidação como rede pública nacional.

O telejornalismo da TV Brasil é estudado pelo Laboratório de Jornalismo e Narrativas Audiovisuais da Universidade Federal de Juiz de Fora, desde 2010. Um dos aspectos destacados pelo grupo é a ainda baixa carga informativa na representação dos cidadãos no canal, ainda que o número de inserções seja superior em relação aos canais comerciais. Nesse sentido, defende-se nos estudos realizados (COUTINHO, 2013) que seria necessário oferecer aos populares um papel mais central nas narrativas veiculadas.

Como princípios, a TV Brasil propõe promover a participação da sociedade civil na programação e oferecer mecanismos para o desenvolvimento de uma consciência crítica do cidadão. Nosso objetivo com o estudo da recepção é perceber como o telespectador se apropria da informação transmitida e se ele forma novas narrativas após o contato com as matérias exibidas pelo telejornal.

As matérias foram analisadas com o uso da análise pragmática da narrativa, proposta por Luiz Gonzaga Motta, em consonância com a dramaturgia do telejornalismo, de Iluska Coutinho. Após a análise, foram selecionadas três matérias para serem exibidas e debatidas no grupo social investigado, por meio da técnica do grupo focal.

### **Em busca do encontro com o outro: os estudos da mediação como referência**

Martín-Barbero defende partir das mediações, ao invés de fazer a pesquisa a partir da análise das lógicas de produção e recepção para depois procurar suas relações de imbricação ou enfrentamento. Partir das mediações significa partir “dos lugares dos quais provêm as construções que delimitam e configuram a materialidade social e a expressividade cultural da televisão” (p. 292, 1997). Segundo o autor esse campo seria constituído também por dispositivos comunicacionais, por meio dos quais trabalho e lazer teriam seus sentidos transformados, “(...) numa dupla operação de desconexão e recomposição” (MARTÍN-BARBERO, p. 262, 1997).

---

<sup>3</sup> A TV Brasil pertence à Empresa Brasil de Comunicação, criada em 2007.

O autor propõe a análise do estudo da recepção baseada no texto e no receptor, mas não apresenta os procedimentos ou passos instrumentais para a realização desse tipo de estudo. Os desafios da construção de um eixo teórico no campo da comunicação para os estudos da recepção são tratados por Fábio Costa, Francisca Silva e Janete Rodrigues, da Universidade Federal do Piauí (2013). Os autores destacam que na América Latina os estudos de recepção majoritariamente são de pesquisa empírica da audiência e, em especial, da televisão, que inicialmente difundiam uma concepção reprodutivista de cultura. Eles citam a importância da obra de Martín-Barbero (1997), como tendo fincado a base contextualista dos estudos de recepção na América Latina.

Fábio Costa, Francisca Silva e Janete Rodrigues destacam a relevância de entender-se as capacidades do receptor para negociar, ressignificar, reinterpretar as mensagens recebidas. “Um marco neste processo é a formatação do mapa das mediações que traz modos de produção do público que agenciam formas hegemônicas de comunicação coletiva” (2013, p. 5), um processo de produção comunicativa que segundo Martín-Barbero teria a cultura como grade mediadora.

Jesús Martín-Barbero (1997) defende a tese de que o cidadão-telespectador teria um grau de autonomia. De acordo com o autor, cada receptor gera sua própria sintaxe e cada mensagem é recodificada dentro do universo cultural do público, construindo posicionamentos diferentes. A comunicação não é tanto discutir para se chegar a um acordo ou consenso, mas compartilhar o comum, precisamente o que temos em comum, conforme preceitos do autor.

Esse tipo de autonomia do público deveria ser estimulado nos telejornais veiculados nas emissoras públicas, segundo Iluska Coutinho.

Os telejornais e programas jornalísticos nesse sentido deveriam ter como premissa e/ou promessa promover uma melhor compreensão da realidade, tornando mais próximo e efetivo, seu entendimento e apropriação pelos telespectadores. Estes deveriam ser compreendidos e representados nas reportagens como cidadãos e também como grupo social. Além disso, mais do que informações descontextualizadas, os telejornais públicos deveriam contribuir com a oferta de conhecimento cotidiano e formação de espectadores e, assim, estimular sua autonomização. (COUTINHO, 2013, p. 29).

### **A redução da maioria penal: a mediação nas notícias da TV Brasil**

O debate sobre a redução da maioria penal no Brasil ficou acirrado com a aproximação da votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 171/93)<sup>4</sup>, iniciada em

---

<sup>4</sup> A Proposta de Emenda à Constituição (PEC 171/93) pode ser consultada na íntegra no site da Câmara dos Deputados, no link <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14493>>. Consulta realizada no dia 01/07/2015.

30/06/2015. A proposta do texto da comissão especial para a PEC reduzia de 18 para 16 anos a maioria penal para crimes hediondos – como estupro, latrocínio e homicídio qualificado (quando há agravantes) –, lesão corporal grave ou lesão corporal seguida de morte e roubo agravado (quando há uso de arma ou participação de dois ou mais criminosos, entre outras circunstâncias). A proposta foi rejeitada pelo Plenário da Câmara dos Deputados, em votação que terminou na madrugada de 01/07/2015.

Menos de 24 horas depois, objeto de uma manobra regimental orquestrada pelo presidente da casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), com alteração de elementos do projeto, ele foi votado e aprovado em primeiro turno. A mudança deixou de fora outros crimes previstos no texto rejeitado, como roubo qualificado, tortura, tráfico de drogas e lesão corporal grave. A decisão de votar uma emenda com conteúdo semelhante ao texto derrotado gerou polêmica entre os deputados, e na sociedade.

O debate repercutiu nas redes sociais. O que considerou-se uma manobra de Eduardo Cunha foi o tema mais comentado no Twitter na noite do dia primeiro e início da madrugada do dia dois de julho de 2015<sup>5</sup>. Os internautas usaram as *hashtags* #CunhaMeRepresenta e #CunhaGolpista para marcar suas posições. Antes mesmo da votação no Plenário terminar, a *tag* #CunhaGolpista ocupou a primeira posição no Brasil dos assuntos mais repercutidos na rede social e chegou ao *trending topics* mundial.

A votação foi acompanhada e noticiada por diversos veículos de comunicação, entre eles a TV Brasil, objeto de nosso estudo empírico. O Repórter Brasil Noite vinha exibindo uma série de matérias sobre a redução da maioria penal, que incluíam cobertura desde a proposta da emenda à constituição a análises sobre a situação carcerária no país e mapeamento da violência.

Para o desenvolvimento deste trabalho, analisamos as matérias sobre a redução da maioria penal exibidas pelo telejornal durante os meses de junho até o dia sete de julho. Esse período de recorte foi aquele em que as discussões sobre a redução da maioria penal ficaram mais acirradas e mobilizaram a população em debates acalorados nas redes sociais.

As matérias veiculadas no Repórter Brasil Noite sobre o tema estão disponíveis na página do programa na internet. A busca foi feita com a leitura de cada título e subtítulo, inserindo no corpus analisado as notícias que se aproximavam do tema.

---

<sup>5</sup> Informações disponíveis em: <<http://blogs.oglobo.globo.com/nas-redes/post/cunha-e-destaque-nas-redes-apos-aprovacao-da-reducao-da-maioridade.html>> e <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2015-07-02/cunhagolpista-vira-o-assunto-mais-comentado-no-twitter-brasil.html>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

Conforme aponta estudo anterior do Laboratório de Jornalismo e Narrativas Audiovisuais (CNPq-UFJF), no que diz respeito à temática dos noticiários, verifica-se a presença significativa de conteúdos relacionados à política no Repórter Brasil. “Merece registro ainda uma angulação da política extremamente dependente das agendas do governo e do Poder Legislativo, cujas pautas o telejornal acompanha sistematicamente” (COUTINHO, p.44, 2013). A pesquisa abordada pela autora foi realizada entre 2010 e 2011 e destacava a predominância de fontes ligadas ao campo público: governo, legislativo, órgãos públicos e especialistas – o que também foi percebido neste estudo.

Para além da seleção temática e de fontes, a proposta nesse estudo, realizado em 2015, foi perceber em que medida novas narrativas são construídas no telejornalismo público, tomando como objeto as edições mencionadas do Repórter Brasil. Assim, realizou-se uma análise pragmática da narrativa jornalística naquelas matérias sobre a discussão da maioria penal, tomando como referência os conceitos e procedimentos propostos por Luiz Gonzaga Motta (2005). A perspectiva nesse sentido foi observar

de que maneira indivíduos participantes em uma situação de comunicação narrativa apreendem, conceituam e refazem continuamente a realidade a partir da *negociação* (conflituosa ou colaborativa) de valores, modelos de mundo, fábulas, proposições, mitos, arquétipos, analogias, comparações e inúmeros outros tipos de representações sociais. (MOTTA, p. 130, 2013)

Como complemento desta análise, utilizamos o conceito da “dramaturgia do telejornalismo”, de Iluska Coutinho (2012), a fim de analisar as matérias como narrativas dramáticas. Em cada matéria identificou-se a existência de um clímax e um conflito, que continuariam a se desenrolar em episódios posteriores.

É a partir dessa expectativa, desse conflito narrativo quase sempre evidenciado pelos apresentadores, que o texto e a edição das matérias se estruturam e organizam, no tempo. Para conhecer o final ou desfecho desta estória, drama cotidiano, o telespectador deveria acompanhar o desenrolar dessa trama ao longo do tempo, telejornal, deixando gravados em pontos medidos pelos institutos de audiência seus aplausos, sua aprovação. (COUTINHO, p. 134, 2012)

No período da análise foram encontradas treze matérias centradas na polêmica da votação da redução da maioria penal. Nove trazem no título o termo “maioria penal”. As outras quatro tratam de assuntos similares, como mapa da violência, aumento do número de presos no Brasil e superlotação de unidades de internação de adolescentes infratores. No que refere-se ao formato narrativo, foram exibidas 11 matérias com vídeo

(VTs<sup>6</sup>), dois seguidos de entradas ao vivo do repórter no Plenário onde ocorria a votação, e duas notas secas<sup>7</sup>.

As matérias são apresentadas como uma disputa entre dois lados: os favoráveis e os contrários à redução. Participam deste duelo os competidores, prós e contras à mudança legal. A batalha é feita por meio de argumentos, defesas e acusações.

Os discursos das matérias e dos personagens também vão sendo reforçados ao longo das edições do telejornal. Em matéria exibida no dia 23 de junho de 2015, dados divulgados pelo Ministério da Justiça mostraram que a população prisional chegou a 607.731 pessoas. A superlotação é a regra, já que o número de vagas é 376.669, segundo dados do primeiro semestre de 2014. Esta informação foi reforçada pelo ministro da justiça, em outra matéria exibida no dia primeiro de julho, que aborda a superlotação do sistema carcerário e destaca que, se aprovada a redução, haverá uma crise certa no sistema prisional brasileiro.

Nos onze VTs encontramos 25 personagens que representavam em sua maioria a categoria de autoridade política (16) – dos quais onze eram deputados federais, duas presidentes de movimentos estudantis (Ubes – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – e Une – União Nacional dos Estudantes), o presidente da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil e o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin. As outras categorias representadas foram: órgão público (3), popular (2), órgão judiciário (1), internacional (1), expert (1), astro do esporte (1).

Dos 25 personagens, apenas três aparecem novamente em outras matérias. O ministro da justiça, José Eduardo Cardozo, tem lugar de fala em quatro VTs, aparecendo em alguns como especialista e em outros como porta voz do Governo. O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, favorável à redução da maioria penal, e a deputada Jandira Feghali, contrária à redução, aparecem em dois VTs.

A classificação dos personagens como competidores é atribuída a quinze deles. Esta maioria reforça a estrutura da narrativa da luta entre os dois lados. As classificações dos outros personagens são: expert (7), mocinha/o (2), vilão (1), vilão implícito (1), vítima (1), herói (1).

O Congresso é cenário do desenrolar de oito matérias. As duas entradas ao vivo também foram realizadas dentro do Congresso, no Plenário da Câmara dos Deputados. Daí percebe-se o caráter central na cobertura jornalística feita pelo telejornal.

---

<sup>6</sup> VT (videotape) é o mais completo material telejornalístico, contendo offs – textos gravados pelo repórter e coberto por imagens, sonoras – trechos de entrevistas, passagem – participação do repórter do local onde a matéria foi feita, povo-fala – no jargão profissional, sonoras de cidadãos a respeito do assunto tratado.

<sup>7</sup> Nota seca é a informação dada pelo apresentador, sem o uso de imagens.

Nos onze VTs, apareceram sonoras de 21 pessoas que se posicionaram contrárias à redução da maioria penal, com o tempo total de 5m29s de fala. Já os entrevistados favoráveis à redução foram apenas 10, com o tempo de fala total de 2m27s. Pela análise percebemos que, nas matérias, os posicionamentos contra a redução estavam mais bem embasados, diferente dos favoráveis, em que as fontes comemoravam as aprovações ou, como no caso de um manifestante, não tinha dados para comprovar o que falava. A falta de dados foi, inclusive, reforçada no off do repórter, marcando uma opção da emissora ao narrar.

Na matéria em que o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, coloca em discussão uma nova proposta de redução da maioria penal, três personagens falam contra a redução, em 1m24s. Dois falam de maneira favorável, ocupando apenas 32s do VT. Todos os entrevistados estão no Congresso. Quem abre a fala a favor da redução da maioria é o deputado Mendonça Filho. O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, contrário à redução, fala durante uma coletiva de imprensa.

Como o tráfico é tido como o crime equiparado ao crime hediondo, e o crime hediondo está. Eu direi, na melhor das hipóteses haverá uma discussão se o tráfico entra ou não. (corte) Nós temos um *deficit* de mais de 220 mil vagas, temos 400 mil mandados de prisão, que se nós fossemos somar o *deficit* com o que tem que ser cumprido nós teríamos quase que fazer um novo sistema prisional brasileiro (corte) Que se tivesse sido aprovada aquela proposta de ontem nós teríamos um caos no sistema prisional com hora e dia marcado. Ou seja, em três, quatro, cinco anos nós teríamos uma explosão sistêmica. E aí o Brasil teria que repensar o que fez. Só que com todos os danos e situações que efetivamente ocorreram nesse período. (REPÓRTER BRASIL, 01/07/2015)

A deputada Jandira Feghali acusa o rompimento do processo legislativo e o presidente da Câmara explica, diante às acusações, o porquê da proposta ter passado. A matéria é encerrada com o depoimento da comissária dos direitos da criança e do adolescente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Rosa Maria Ortiz, que é apresentada como especialista no assunto. “O Brasil em seu papel de liderança, que tem na região, em matéria de Direitos Humanos, se aprova esta proposta de lei, que por sorte não aprovou, viria a ser um retrocesso, teria sido um mau exemplo para toda a região” (REPÓRTER BRASIL, 01/07/2015).

Em matéria exibida no dia anterior, 30 de junho de 2015, o tempo de fala destinado aos personagens de cada lado é aproximado: 42s favoráveis à redução e 46s contrários. Mas o contexto em que os personagens são apresentados explicita a intenção ao narrar da emissora, contrária à redução. A cabeça da matéria anuncia: manifestantes favoráveis e contra a redução da maioria penal acampam no gramado do Congresso Nacional. O

primeiro entrevistado é um estudante acampado. Ele aparece com outras pessoas ao fundo, que passam a sensação de que ele não está sozinho nesta opinião, e exibe justificativas que o fazem ser contrário à redução: “Além de garantir os direitos sociais básicos tem que investir também no Estatuto da Criança e do Adolescente, garantindo suas aplicações, conselhos tutelares fortes, fundações que de fato sejam socioeducativas e não bárbaras como é hoje, a Fundação Casa é superlotada”. No momento da sonora não aparecem os créditos, então não é possível saber se o estudante faz parte de algum movimento estudantil.

Na sequência, o off do repórter apresenta o outro personagem: um empresário favorável à redução. O homem está sozinho e ao fundo aparecem no vídeo cruzeiros fincados no gramado do Congresso. O off explica que as trezentas cruzeiros seriam símbolo de assassinatos cometidos por jovens em 2015, mas destaca que o grupo não apresenta fonte de informação, nem sabe dizer o número preciso. O texto narrado pelo repórter ainda reforça que o Ministério da Justiça não tem dados oficiais. A fala do repórter já desmerece a informação passada pela fonte de que “o menor junto com o maior, quando efetua um assalto, normalmente quem assume é o menor, entendeu? Então nós achamos que (com) uma redução da maioria, esse menor já não vai querer mais assumir. Já não vai querer pagar a pena pelo crime de um maior” (REPÓRTER BRASIL, 30/06/2015). A matéria é marcada também pela apresentação de conflitos secundários na narrativa, como a confusão entre estudantes que tinham autorização do Supremo Tribunal de Justiça para assistir à sessão e o presidente da Câmara. No vídeo ele aparece como quem impediu a entrada com o discurso de promoção de segurança e organização por distribuição de senhas.

Estas duas matérias, por serem simbólicas dos sentidos produzidos nas narrativas do Repórter Brasil Noite nas edições tomadas como recorte, foram exibidas no momento de realização do grupo focal, cujos resultados serão apresentados a seguir. Essa etapa ganha relevância na medida em que, como defende Motta, “não é o caráter mais ou menos narrativo que vai revelar a narratividade do texto jornalístico. É o leitor ou ouvinte, no ato da recepção das notícias, que conclui a obra” (p. 9, 2005). A partir de Iser, Luiz Gonzaga Motta ressalta o caráter negociado da leitura, em cujo ato seriam preenchidas lacunas e hiatos da história narrada:

Tal negociação estreita o espaço entre texto e leitor, atenua a assimetria entre eles, uma vez que por meio dessa atividade o texto é transportado para a consciência do leitor. O padrão textual se revela um jogo, uma interação entre o que está expresso e o que não está. O significado do texto resulta de uma apropriação da experiência noemática que o texto desencadeia e que o leitor assimila e controla segundo as suas próprias disposições. (ISER apud Motta, p. 28, 1999)



Essa negociação, no âmbito dos sentidos enunciados nas matérias antes apresentadas, será analisada a seguir.

### **As narrativas e o público: A maioria em debate**

A proposta de utilização da técnica do grupo focal foi compreender em que medida a veiculação de informações sobre a temática em questão no telejornal público possibilitaria uma transformação na narrativa e na percepção do telespectador em relação ao tema tratado. O encontro, objeto de análise, foi realizado no dia onze de julho, dez dias após a apresentação e votação da nova proposta na Câmara dos Deputados.

O grupo investigado contou com a participação de onze pessoas, entre jovens e adultos; a faixa de renda familiar variou de menos de dois salários mínimos (s.m.) à renda entre cinco e doze salários. A escolha do grupo heterogêneo justifica-se pela proposta de analisar as narrativas tanto de personagens potencialmente mais atingidos pela temática – negros, jovens, homens e com baixa escolaridade, segundo as pesquisas apresentadas pelo telejornal – e também a classe média-alta. Esse segundo extrato seria em tese aquele que é vítima da criminalidade e que seria formulador de possíveis soluções para o envolvimento de adolescentes no crime, em discussões em âmbito acadêmico e na sociedade.

Ao serem questionados quanto ao posicionamento em relação à maioria penal, os jovens negros, com renda familiar inferior a dois s.m., com atraso na relação idade X série letiva, demonstraram desconhecer o tema de maneira aprofundada. Uma das estudantes, de 19 anos, se posicionou favorável à redução, mas de forma confusa. O jovem, negro, também com 19 anos e que cursou até a 5ª série não quis se posicionar e permaneceu durante todo o debate calado, sem se expressar. A mesma atitude foi percebida pela estudante de 17 anos, negra e que cursa o primeiro ano do ensino médio.

Já o estudante negro, também de 19 anos, com renda familiar inferior a dois s.m., mas que cursa a universidade, demonstrou ser conhecedor do assunto e participou do debate de maneira ativa. Ele se posicionou contra a redução da maioria penal destacando que os jovens não são os principais culpados e sim que existe um problema social mais amplo. Também se posicionaram contrários à redução a estudante universitária, de 23 anos, com renda de dois a cinco s.m., e a advogada, de 25, com renda familiar de 5 a 12 s.m. A engenheira civil, de 56 anos, destacou que é uma situação complexa, não tendo uma opinião formada a respeito. Os outros três participantes homens, adultos, classe baixa, média e média-alta, se posicionaram favoráveis à redução, mas com a ressalva de que a proposta é

um paliativo e deve ser atrelada a outras medidas. A funcionária doméstica, de 48 anos, se disse favorável à redução da maioria penal.

Os participantes relataram que não costumam buscar informações aprofundadas sobre o tema e que se informam no trabalho, em casa, na faculdade, na igreja, em grupos jovens, com a internet, televisão, rádio e jornal impresso. No caso da televisão, os canais citados foram TV Globo, TV Integração (afiliada da Globo em Juiz de Fora-MG), SBT, Record e no “programa do Datena”<sup>8</sup>.

Foram exibidas ao grupo, num primeiro momento, duas matérias, encerradas com a entrada do repórter ao vivo do Plenário. Logo após, foi questionado aos participantes se eles receberam alguma informação nova sobre o tema. Num segundo momento, perguntou-se quanto à eventual mudança no posicionamento em relação à redução da maioria penal.

Além das matérias, que tratavam especificamente do projeto, anteriormente analisadas, exibiu-se uma terceira matéria que abordava o perfil da maioria dos presos no Brasil: negros, jovens, homens, com baixa escolaridade, e revelava que o número de encarcerados no país dobrou nos últimos dez anos. Após a exibição do material, foi perguntado se, naquele momento, a forma como os participantes enxergavam o tema havia sido modificada. Também foi colocado em discussão se as matérias mostraram adequadamente a questão, se faltou mostrar alguma coisa e o que o participante incluiria em uma narrativa jornalística sobre o tema.

Os participantes relataram que perceberam, com as matérias, a existência de um caos no Congresso e uma dificuldade dos políticos em lidar com o assunto e achar soluções para a criminalidade envolvendo jovens e adolescentes. Ao final do debate, nenhum dos participantes mudou de opinião, mas a posição contrária à redução ganhou novos argumentos.

O analista de sistemas, de 28 anos, morador do centro da cidade de Juiz de Fora (Zona da Mata mineira), pertencente à classe média-alta, destacou que o posicionamento contrário à redução ganhou peso com a fala do ministro da justiça, José Eduardo Cardozo, sobre a superlotação do sistema carcerário. Segundo o participante, Cardozo trouxe uma informação que até então ele desconhecia. O ministro, como figura de respeito, portadora de um argumento de autoridade, reforçou a narrativa do participante em relação à necessidade de se buscar medidas paralelas à redução. Segundo o analista, a fala do ministro o levou a pensar. “Se houver a redução da maioria penal, e ele (ministro)

---

<sup>8</sup> O programa “Brasil Urgente” é ancorado por José Luiz Datena e exibido pela TV Bandeirantes.

mesmo citou, me espantou o quão breve vai ser esse colapso. Eu não mudei de opinião, não sou contra a redução, mas este fato me chocou”.

O recepcionista, de 40 anos, e o educador social, de 57, ambos com o 2º grau completo, tinham um discurso firme, favorável à redução no início do debate, e chegaram ao final com algumas ressalvas. O recepcionista, com renda de 2 a 5 s.m., cita que a opinião dele não mudou muito, mas que percebeu a deficiência do Governo diante das penalidades. O educador social, com renda de até dois s.m., diz que a fala do jovem estudante na matéria, sobre o Conselho Tutelar, ajudou a clarear as medidas que devem vir junto com a redução, como o investimento do Governo nos Conselhos Tutelares que estão ineficazes.

Participantes contrários à redução relataram que informações exibidas nas matérias contribuíram para reafirmar algumas opiniões. Para o estudante universitário, a matéria “reforça ainda mais a ideia de ser contra a redução. Porque, não tem como, todos os dados que são apresentados, todas as formas de diálogo relacionadas ao assunto, dão a entender que nós não temos um sistema prisional capaz de suprir as necessidades da população”. O universitário cita que consegue reforçar mais um argumento, que ele já vem pensando a respeito. O fato de adultos, deputados, pessoas com vivência, que já passaram por faculdades e cursos, não conseguirem apresentar uma solução para os jovens. “A população está sem saber o que fazer e os que, de fato, deveriam fazer algo estão sem saber como solucionar”.

A advogada de 25 anos, contrária à redução da maioria, cita a pesquisa exibida na matéria para reforçar a ineficiência do sistema carcerário brasileiro. Ela destaca que a pesquisa mostra que muitos países conseguem que as pessoas retornem do sistema carcerário resocializadas e consigam viver em sociedade, o que no Brasil não acontece.

Ao colocar uma nova proposta em votação, a atitude de Eduardo Cunha, apresentada por personagens na matéria como uma manobra política, também foi reprovada por alguns participantes do grupo. A sonora da deputada Jandira Feghali foi apropriada pelo educador social que afirmou: “Os políticos, eles fazem sempre uma manobra para serem beneficiados de uma certa forma”.

De um modo geral os participantes sentiram falta de verem nas matérias informações sobre a solução para a causa do problema, que é a entrada destes jovens na criminalidade. Para eles, faltou mostrar o porquê dos presos terem este perfil: homens, jovens, negro, sem escolaridade.

Alguns perceberam o que consideraram um comportamento “tendencioso” por parte do telejornal e atribuíram esta parcialidade ao repórter. Um destes momentos foi durante a matéria em que manifestantes acampam no gramado do Congresso, já analisada acima. O universitário se incomodou com o tratamento diferenciado dado pelo repórter aos dois personagens: estudante contrário e empresário favorável, tanto pela narrativa off quanto pela seleção do momento da fala na edição. Vale destacar que a fala do jovem estudante na matéria, em argumentação contrária à redução da maioria, foi citada por três participantes do grupo.

Os participantes também perceberam que o telejornal tentava reafirmar o posicionamento contrário à redução, inclusive com a exibição da terceira matéria sobre a superlotação do sistema carcerário brasileiro. Para a engenheira, as reportagens reforçam os erros do sistema prisional.

Os participantes sentiram falta de informações e dados favoráveis à redução da maioria penal. A estudante universitária, de 23 anos, contra a redução, acha que as matérias mostram de forma superficial a questão e diz acreditar que, muitas vezes, o repórter não mostra a realidade para o telespectador. A universitária comenta que a televisão é um veículo muito assistido e que, por isso, pode ser usado para mascarar um fato.

A trabalhadora doméstica diz que faltou ser mostrado o que será feito com os jovens depois de presos. Ela questiona, “vai só prender? Tem que mostrar também o que vai ser feito. Para ele sair dali sendo outra pessoa”. Nesta última frase, percebe-se a apropriação de argumentos colocados por participantes do grupo focal em suas narrativas.

Outra crítica feita pelo grupo foi que a cobertura do assunto ficou restrita ao Congresso, sem buscar mostrar ou ouvir o foco do problema: os jovens, negros, sem escolaridade. Para a advogada, as pessoas que falam sobre o assunto “estão muito distantes desta realidade social para opinar”. São jovens que estudaram para ter uma opinião ou pessoas que tem uma posição econômica muito vantajosa. Ela destaca que “a preocupação com o jovem, realmente, ela é muito pequena dentro da reportagem. O que eu vejo é manobra política, é interesse político”.

O estudante universitário também percebe que o jovem não está inserido nestas questões. “A gente vê muito adulto se posicionando, pelo menos na TV, sobre estes assuntos, agora a própria juventude nem sempre é ouvida. E talvez o jovem também não tenha condição, alguns não sabem ver isso. Tem jovem que até hoje não sabe quem é

Eduardo Cunha, não sabe o que ele faz, não sabe qual é a importância dele na política nacional”.

A informação da pesquisa, sobre o perfil do preso ter baixa escolaridade, foi questionada pela doméstica. Ela reconstruiu o discurso com base na própria vivência, ressaltando que antigamente não se estudava, mas se trabalhava e se ensinava os filhos a trabalhar. Ela questiona que hoje, a sociedade letrada não consegue uma solução para o aumento da criminalidade. Ou seja, ela reconstrói o discurso a partir da narrativa recebida e faz novas interpretações do que foi comunicado.

Quanto à crítica de alguns participantes, da matéria não se aprofundar no debate, a engenheira comenta que a reportagem pode estar mostrando uma discussão rasa porque às vezes o que acontece no Congresso é também uma discussão superficial sobre o assunto, embora ressalte que a matéria poderia aprofundar mais até para ajudar, já que “a função do repórter é dar uma ajudada na sociedade”.

É interessante ainda destacar que as duas jovens negras, moradoras da periferia, de 17 e 19 anos, chegaram ao grupo focal com as filhas bebês a tiracolo. As duas não se envolveram com o assunto debatido e estavam mais preocupadas em amamentar e acalmar as crianças do que com a discussão. O jovem de 19 anos, que não se manifestou durante o debate, é marido de uma delas. Os dados levantados ajudam a traçar o perfil dos personagens investigados nesse momento, como um micro-cosmos do universo da recepção, e podem sugerir novas pesquisas de aprofundamento do perfil dos jovens moradores da periferia e razão destes jovens não se envolverem e não terem se manifestado neste debate em um grupo heterogêneo.

### **Considerações Finais**

Pela análise das narrativas das matérias sobre a redução da maioria penal exibidas pelo Repórter Brasil percebe-se que o telejornal tem um posicionamento contrário à redução. Entendemos o telejornalismo público como forma de estímulo à formação de cidadãos, que têm o direito a serem bem informados e a participarem do processo comunicacional. Mas ao realçar posições contrárias à redução da maioria e não exibir argumentos favoráveis à redução, o telejornal pecou na busca pela imparcialidade da informação.

Essa postura foi vista como tendenciosa pelos telespectadores investigados que ainda destacaram o fato de que o telejornal se manteve em uma discussão política sem sair

do ambiente do Congresso Nacional. Os passos da votação e as manobras políticas foram mostrados, mas os telespectadores sentiram falta de entenderem o cerne do problema.

Como o grupo focal destacou, e confirmou-se na análise narrativa das matérias, as pessoas que mais sofreriam com a redução da maioria, os moradores do foco do problema (negro, pobre, não escolarizado) não foram ouvidas, nem mostradas. A discussão ficou superficial, distante da perspectiva de aprofundamento ou de complementariedade, promessas do sistema público.

Entre as ausências percebidas está a de aprofundamento e de explicitação de tendências, de qual seria o próximo passo após, e se, aprovada a redução da maioria penal. Quais propostas viriam atreladas a esta medida? As matérias analisadas não deixam claro se os deputados favoráveis à redução não tem tais informações ou se foi opção editorial do telejornal não mostrá-las. A impressão que ficou para o grupo investigado é de que essa foi uma escolha ao narrar a realidade, na TV pública.

Em síntese, de maneira geral, não foram exploradas nas matérias do Repórter Brasil tomadas como objeto de análise as possibilidades de esgotamento do assunto, que poderia ter um caráter mais aprofundado como diferencial em relação às emissoras comerciais. Essa distinção quanto ao papel da emissora contudo, e o lugar do telejornalismo público, não é percebida pelos telespectadores que constituíram o grupo investigado.

Apenas um dos participantes, o educador social, disse ter o costume de assistir à TV Brasil, mas apenas para ver o jogo do Tupi (time de futebol da cidade de Juiz de Fora-MG). A advogada disse ter uma ideia geral do que possa ser telejornalismo público. Os outros participantes não conheciam a TV Brasil e não sabiam o conceito de televisão pública. O caráter cidadão do telejornalismo público, como diferencial desse tipo de emissora, não foi percebido pelos telespectadores que estiveram em contato com as matérias selecionadas. Houve, ao contrário, críticas acerca de supostas tentativas de encobrir a realidade. A universitária destaca inclusive que a fala do repórter na matéria analisada pode ter tido a intenção de “encobrir este pensamento mais crítico da população”. Nesse sentido, a narrativa apresentada teve um sentido produzido para o grupo analisado que é oposto àquele proposto por uma emissora de televisão pública, de ampliar o envolvimento do cidadão, por meio de oferta de conhecimento e informação qualificada.

### **Referências bibliográficas**

BRASIL. Proposta de emenda à constituição nº 171, de 19 de agosto de 1993. Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal (imputabilidade penal do maior de dezesseis

anos). **Diário do Congresso Nacional**, Brasília, DF, 27 de out. 1993. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14493>>. Acesso em: 03 jul. 2015.

COSTA, Fábio Soares da; SILVA, Francisca Islândia Cardoso; RODRIGUES, Janete de Páscoa. Estudos da recepção: os desafios da construção de um eixo teórico no campo da comunicação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, XXXVI, 2013, Manaus. **Anais eletrônicos...** Manaus: Ufam, 2013. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-0388-1.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

COUTINHO, Iluska. **Dramaturgia do telejornalismo**: a narrativa da informação em rede e nas emissoras de televisão de Juiz de Fora-MG. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

\_\_\_\_\_. (Org.). **A informação na TV pública**. Florianópolis: Insular, 2013.

\_\_\_\_\_. Repórter Brasil: a informação pública em dois tempos. In: COUTINHO, Iluska (Org.). **A informação na TV pública**. Florianópolis: Insular, 2013, p.43-58.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

\_\_\_\_\_. A análise pragmática da narrativa jornalística. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, XXVIII, 2005, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: UERJ, 2005. Disponível em <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/105768052842738740828590501726523142462.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

REPÓRTER BRASIL 01/06/2015 a 07/07/2015. Disponível em: <<http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil>>. Acesso em: 08 jun. 2015.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Muito além do jardim botânico**: um estudo sobre a audiência do Jornal Nacional da Globo entre trabalhadores. 3. ed. São Paulo: Summus, 1985.

WOLTON, Dominique. **Elogio do grande público**: uma teoria crítica da televisão. São Paulo: Ática, 1996.